



FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco F, Edifício FNDE. - Bairro Asa Sul, Brasília/DF, CEP 70070-929  
Telefone: 0800-616161 e Fax: @fax\_unidade@ - <https://www.fnde.gov.br>

## CONTRATO Nº 4/2022

Processo nº 23034.035962/2021-21

**Unidade Gestora: FNDE**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS QUE CELEBRAM ENTRE SI A  
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
DA EDUCAÇÃO E A CTIS TECNOLOGIA LTDA**

**O FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE**, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco “F”, Edifício FNDE, na cidade de Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.378.257/0001-81, neste ato representado pelo seu **DIRETOR DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**, o Sr. **PAULO ROBERTO GUIMARÃES JUNIOR**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade [REDACTED] – OAB/DF, CPF [REDACTED] nomeado por meio da Portaria nº. 16, de 06 de janeiro de 2022 do Ministério da Educação, publicada no D.O.U de 07 de janeiro de 2022, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 215, de 31 de março de 2020, publicada no D.O.U de 01/04/2020 e do Decreto n.º 9.007, de 20 de março de 2017, que aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a **CTIS TECNOLOGIA LTDA**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.644.731/0001-32, sediado(a) no SCS Q. 08 BL. B-60 Ed. Venâncio 2000 2º SS - Brasília - DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. **JORGE DAVID RAMIREZ SCOTT**, estrangeiro de nacionalidade chilena, portador da cedula de identidade de estrangeiro [REDACTED], expedida pela CGPI/DIREX/DPF, CPF [REDACTED], tendo em vista o que consta no Processo nº 23034.035962/2021-21 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 8.248, de 22 de outubro de 1991, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, da Instrução Normativa SGD/ME nº 1, de 4 de Abril de 2019 e da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 001/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de empresa para assumir, em caráter emergencial e pelo período máximo de até 180 (cento e oitenta) dias, os serviços de impressão, cópia e digitalização, monocromática e em cores, além do fornecimento de todos os suprimentos, inclusive papel, mídias e suporte técnico, com fulcro no art. 24 inciso IV da Lei 8.666/93, que serão prestados nas condições estabelecidas no Projeto Básico e seus anexos.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se Projeto Básico e seus anexos, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### 1.3. Objeto da contratação:

--	--	--	--	--	--

DESCRIÇÃO	MÉTRICA	QT. ESTIMADA MENSAL	PRETO/COLOR	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TOTAL MENSAL (R\$)
Posto de Repr Depart Multifun Monocromático A4 55 ppm	BOX	13	-	507,57	6.598,41
Posto de Repr Depart Multifun Monocromático A4 55 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	33.917	Preto	0,0964	3.269,60
Posto de Repr Depart Multifun Color A4 40 ppm	BOX	20	-	840,00	16.800,00
Posto de Repr Depart Multifun Color A4 40 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	7.530	Preto	0,1178	887,03
Posto de Repr Depart Multifun Color A4 40 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	17.196	Color	0,3214	5.526,79
Posto de Repr Central Multifun Mono A4 75 ppm	BOX	1	-	2.695,54	2.695,54
Posto de Repr Central Multifun Mono A4 75 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	1.882	Preto	0,0535	100,69
Posto de Repr Central Multifun Color A3 35 ppm	BOX	1	-	6.742,40	6.742,40
Posto de Repr Central Multifun Color A3 35 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	1.518	Preto	0,1071	162,58
Posto de Repr Central Multifun Color A3 35 ppm	PÁGINAS IMPRESSAS	6.148	Color	0,1928	1.185,33
Posto de Repr Multifuncional grandes Formatos (Mts)	BOX	1	-	3.751,42	3.751,42
Posto de Repr Multifuncional grandes Formatos (Mts)	Metros	87	Color	6,5986	574,08
Posto de Repr em Crachas (und)	BOX	1	-	646,62	646,62

Posto de Repr em Crachas (und)	Unidade	20	PVC Color	3,22	64,40
Posto de Repr em Crachas (und)	Unidade	40	Adesivo Color	2,47	98,80
<b>VALOR TOTAL MENSAL</b>					<b>49.103,69</b>
<b>VALOR TOTAL 180 DIAS</b>					<b>294.622,14</b>

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, com início na data de sua assinatura, vedada a prorrogação ( art. 24 IV da Lei 8.666/93).

2.2 Haverá a pronta rescisão do contrato a partir da conclusão do novo processo licitatório para a realização dos mesmos serviços, sem ônus para a Administração, em consonância com a jurisprudência do TCU (Acórdão 1.872/2010 – 1ª Câmara, Acórdão 9.873/20 – 2ª Câmara e Acórdão nº 3474/2018 – 2ª Câmara)

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 49.103,69 (quarenta e nove mil cento e três reais e sessenta e nove centavos)**, perfazendo o valor total de **R\$ 294.622,14 (duzentos e noventa e quatro mil seiscentos e vinte e dois reais e quatorze centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2022 na classificação abaixo:

Programa de Trabalho	Fonte de Recursos	Elemento de Despesa	Número de Empenho
12122003220000053	8100000000	339040	2022NE000081

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Projeto Básico e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste de preços do valor contratual são as estabelecidas no Projeto Básico, anexo a este Contrato. Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Atualização: Julho/2022.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

**8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Projeto Básico e seus anexos.

**9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no. Projeto Básico e seus anexos.

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Projeto Básico e seus anexos.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital; 11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2 É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020. Câmara Nacional de Modelos de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Atualização: Julho/2020

12.2.1 A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.2.2 A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### 14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

#### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - Justiça Federal.

E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **JORGE DAVID RAMIREZ SCOTT, Usuário Externo**, em 01/02/2022, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO ROBERTO GUIMARAES JUNIOR, Diretor(a) de Tecnologia e Inovação**, em 02/02/2022, às 11:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput e § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), embasado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria MEC nº 1.042, de 5 de novembro de 2015](#), respaldado no art. 9º, §§ 1º e 2º, da [Portaria/FNDE nº 83, de 29 de fevereiro de 2016](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://www.fn.de.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **2748470** e o código CRC **34B98DDA**.